

Uso e apropriação de dados de saúde pelos jornais na pandemia Covid-19 no Brasil

Uses and appropriations of public health data by newspapers during Covid-19 coverage in Brazil

Marlise Viegas Brenol¹
Marcelo Träsel²

Resumo: A proposta deste estudo é analisar os limites encontrados pelos jornalistas para a investigação de dados epidemiológicos de saúde relacionados à Covid-19 nos três jornais de maior circulação no Brasil, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (Poder 360, 2020). O objetivo é a partir da sistematização destes limites problematizar as diferenças entre usos e apropriações de dados. Entre os resultados, a partir da amostra analisada, apontamos a prática mais frequente de uso de dados de terceiros. Também apontamos como limitadores de acesso: atualização, ausência ou exclusão e inconsistência de dados.

Palavras-Chave: acesso a informação. jornalismo guiado por dados. Covid-19

Abstract: The purpose of this study is to analyze the limits faced by journalists during the coverage of epidemiological health data related to Covid-19. The sample was collected in the three newspapers with the highest circulation rates in Brazil, according to the Communication Verifiable Institute (Poder 360, 2020). The objective is to systematize the found limits to discuss the differences between uses and appropriations of data. Among the results from the analyzed sample we point out the most frequent practice of using third-party data, instead of appropriation. We also point out as limits of data access: updates, absence or deletion and inconsistency.

Keywords: information access. Data-driven journalism. Covid-19

.....

¹ Marlise Brenol é professora substituta na UnB, doutora em Comunicação e Informação pela Ufrgs. Contato: marlisebrenol@gmail.com, Canal: <https://www.youtube.com/c/SeusDados>

² Marcelo Träsel é jornalista e doutor em Comunicação Social (PUCRS). Docente na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: marcelo.trasel@ufrgs.br.

Introdução

A cobertura de imprensa com abordagem de dados estatísticos de saúde para a pandemia Covid-19 no Brasil se intensificou em março de 2020. Durante os meses subsequentes, a ampla visibilidade de números de vida e morte pela doença em discursos políticos e nas manchetes jornalísticas lançaram luz sobre um direito fundamental do cidadão brasileiro: o acesso a informações públicas. Garantido por lei, esse acesso representa a regulamentação da transparência como um valor do regime democrático. O que a visibilidade evidenciou foi que apesar de a lei de acesso a informações públicas estar em vigor desde 2012, há limites impostos tanto pelo gerenciamento tecnológico como pela vontade política. Esses limites provocam constrangimentos para o exercício efetivo da publicização de dados para diferentes atores da sociedade. Há ainda outros limites, que são externos ao Estado, referentes à normalização da tecnologia e a aspectos sociais (WAISBORD, 2018) como moldura das práticas jornalísticas.

Neste artigo, identificamos e analisamos os limites evidenciados nos textos jornalísticos, por meio de análise de conteúdo. Também nos propomos a diferenciar os trabalhos que fazem uso – ou seja reproduzem dados analisados por terceiros como fonte – daqueles que se apropriam – ou seja, tratam os dados públicos e produzem uma informação nova. Nossa hipótese nos conduz para a assunção de que os limites técnicos e políticos para acesso a informações acarretam uma cobertura de dados de saúde majoritariamente na forma de relato de fontes terceiras, ou seja, dificultam uma efetiva apropriação de dados para investigação pelo jornalismo. A amostra analisada foi de 193 unidades publicadas no mês de maio de 2020 pelos três jornais de maior circulação no país, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (Poder 360, 2020): Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.

O artigo se organiza em quatro partes e a conclusão. Na primeira parte, trazemos o entendimento de dados para as investigações no jornalismo até o emergente jornalismo guiado por dados, na segunda parte apresentamos a transparência como um valor democrático e a implementação de instrumentos legais para a transparência pública digital, na terceira parte, apresentamos a metodologia e a amostra, na quarta parte desenvolvemos a análise propriamente dita. Na conclusão, apontamos as evidências, a discussão teórica e indicações de estudos futuros.

1 Os dados e o jornalismo

Nos estudos sobre o poder na sociedade, Foucault (1979) aponta como uma das táticas de sobrevivência do Estado moderno a governamentalidade, ou seja, o conjunto das instituições, análises, reflexões, cálculos que tenham como alvo a população por meio de levantamentos estatísticos, bem como dispositivos de segurança e de economia. Esse conjunto que constitui a administração por meio de aparelhos específicos de governo é o que permite ao Estado exercer o poder. Os dados estatísticos dão a ver ao Estado informações sobre os conjuntos de população, ou seja, dos indivíduos agrupados em determinada sociedade, e revelam que a população produz efeitos econômicos e possui uma regularidade própria em relação a comportamentos de vida, trabalho, saúde e morte gerando número de óbitos, de doenças, de acidentes, outros. Além disso, conforme Porter (1995), os números permitem às burocracias estatais justificar políticas públicas e a alocação de recursos com base em suposta objetividade.

Na obra supracitada, Foucault cita o jornalismo, ao falar sobre o olho do poder, no sentido do uso de tecnologias de vigilância, na análise do Panóptico de Jeremy Bentham. O autor problematiza o poder atribuído pela visibilidade tanto do Estado, por meio de estruturas de vigilância como a prisão, como do cidadão, num revezamento entre o observador e o observado. Neste ponto ele nos diz “no fundo, foi o jornalismo que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar” (Foucault, 1979, sem página). Portanto, o jornalismo como vigilante da estrutura administrativa do Estado é um construto da sociedade moderna e aparece com frequência em discussões de autores da comunicação política e da pesquisa em jornalismo. A discussão de dados estatísticos da população, portanto, está no cerne do papel do jornalismo como vigilante do poder. Mas para ser efetivo fiscal dos governos, o jornalista adota um saber procedimental, que atribui a ele a competência para construir a notícia como forma de conhecimento, na busca do dever-ser da objetividade e imediatismo, que constitui o ideal da tribo jornalística (Traquina, 2013).

Um dos primeiros teóricos do jornalismo na Escola funcionalista de Chicago, Robert Park (1864-1944), dividiu o material jornalístico em notícias de familiaridade e notícias de conhecimento. As primeiras são mais superficiais e são adquiridas nas leituras rápidas e de senso comum. O autor compara ao conhecimento adquirido em uma consulta médica, um

fazer técnico ou qualquer experiência ou vivência em contato com pessoas e objetos ou mesmo uma familiaridade herdada em forma de hábito. Esse tipo de quase-conhecimento que Park chama de sintético, por vezes pode nem ser comunicável, outras vezes é expresso em insights, palpites, intuição. O oposto da familiaridade é o conhecimento analítico, sistemático e formal, baseado nos métodos sociológicos que Park aproxima do pensamento jornalístico. Tem entre as etapas a observação do fato, o fato em si, verificado e categorizado, de acordo com um objetivo traçado pelo investigador.

Ao aplicar as definições às notícias, Park considera a notícia uma forma de conhecimento localizada num continuum entre a familiaridade e especificidade ou precisão dos fatos ou eventos, de qualidade transitória e efêmera na forma de uma comunicação. Para o autor, o dissenso ou divergência opinativa deixa de ser notícia e passa a ser debate de opinião pública suscitado pela notícia. Na tese que discute no texto *Notícias e Poder da Imprensa*, Park atribui ao jornalismo o poder de disseminar as queixas da comunidade em relação à cidade e aos políticos. Nos dois textos, no entanto, Park não avança para a tipificação do jornalismo como forma de conhecimento sobre algo, discussão que ele mesmo constrói em relação ao conhecimento científico com métodos sociológicos, o que aproximaria o jornalismo dos instrumentos exatos e métodos científicos no que viria a ser chamar o jornalismo guiado por dados (JGD), como veremos.

Também da escola americana, Lipmann, no clássico *A natureza da notícia* enfatiza que o fazer jornalístico se constitui de uma rotina padronizada que depende de o fato, antes de ser noticiado, se tornar “mais ou menos aberto”. O autor descreve a falência de um escritório imobiliário, notando que mesmo que houvesse boatos sobre a conduta do corretor, o fato só viria a ser notícia a partir do documento público que decreta e chancela a falência. Lippman diz que a notícia requer uma manifestação seja em documento público, seja em dados de realidade, como um aumento de preço de alimento, um incêndio, uma colisão. E considera ainda festas sociais e instituições públicas como lugares onde também notícias são forjadas, como epidemias, calamidades, desordens e outras não documentadas a priori.

Na linha de Park e Lippman, Genro Filho trabalha a notícia como uma forma de conhecimento singular, ou seja, efêmero, porque reconstitui uma singularidade e se dissolve no tempo da notícia que fica velha no dia seguinte, a não que novos dados a atualizem para o

dia seguinte. Para o autor, singular está em oposição direta ao conhecimento científico, que utiliza os fatos e eventos para produzir um conteúdo sistemático e universalizável ou reproduzível. O modelo estruturado a partir da primeira metade do século XX, que padronizou o texto jornalístico, calcado na objetividade da notícia baseada em dados, eventos, números, foi seguido majoritariamente pelos veículos americanos e ingleses (Marques de Melo, 2006), ficando famosa a expressão “o comentário é livre, os fatos são sagrados”, atribuindo ao texto informativo fidedignidade, exatidão e precisão. Dessa maneira, Marques de Melo (2006) aponta a posição britânica como diferenciadora do relato objetivo, acesso à versão dos fatos, enquanto a narração subjetiva continha a interpretação do jornalista. Ainda que uma série de estudos críticos, inclusive no Brasil, tenham apontado a objetividade como um mito, ela se consolidou como um dever-ser referencial para a apuração correta dos fatos e eventos. Assim, a objetividade “deixa de ser dogma e se torna uma utopia. E pode servir com dinamismo das sociedades democráticas, tornando-as transparentes, visíveis nas suas contradições, abertas à intervenção da cidadania” (Marques de Melo, 2006, p.51).

A produção de notícias a partir da construção, coleta, análise e visualização de bases de dados vem sendo considerada um instrumento contemporâneo do saber procedimental do jornalismo. O jornalismo guiado por dados (JGD), também denominado jornalismo de dados, reportagem assistida por computador (RAC), ou mesmo jornalismo de precisão, pode ser definido, a partir da perspectiva dos profissionais engajados nessas práticas, como a aplicação dos saberes da informática e das ciências sociais nos processos de apuração jornalística, visando a defesa do interesse público (Träsel, 2018, p.3). As técnicas de JGD permitem ao jornalista encontrar informação com valor noticioso em bases de dados com milhares ou milhões de registros, as quais dificilmente seriam manejáveis sem a ajuda de computadores. Facilitam, ainda, o trabalho de comparar diferentes bases de dados, para a produção de novo conhecimento sobre a sociedade. Parasie e Dagiral (2013) afirmam que os projetos de JGD dentro das redações repousam sobre o tratamento, análise e visualização de dados relacionados a uma grande variedade de domínios – criminalidade, demografia, transportes, infraestrutura, entre outros – e aos agentes sociais responsáveis pelo gerenciamento de ações governamentais nestas áreas, a respeito dos quais se busca levantar informações sobre financiamento de campanhas, uso de verbas, votos, ou projetos de lei apresentados, por

exemplo. Estes dados são reunidos então em “programas informáticos apresentados como constituintes intrínsecos de produtos jornalísticos” (Parasie e Dagiral, 2013, p.53).

Do ponto de vista dos estudos do jornalismo, conforme Träsel (2018), o fenômeno pode ser compreendido como a incorporação da tecnociência às rotinas produtivas do jornalismo com o objetivo de estabelecer reivindicações mais sólidas de autoridade profissional, num contexto de comunicação em rede em que a dissolução do monopólio da mídia sobre a distribuição de informação põe o campo em risco. A objetividade não é apenas resgatada como valor principal, mas atualizada através da tecnologia, na esperança de responder tanto às críticas de que os procedimentos de reportagem seriam mero ritual estratégico que tem por resultado o jornalismo declaratório, quanto dificultar o ingresso de amadores difundindo informação na internet no campo profissional. Neste sentido, a adoção de técnicas da informática e da pesquisa social nas redações permitiria atingir o ideal de objetividade, porque, como notam Parasie e Dagiral (2013), as bases de dados, ao contrário das fontes humanas, seriam menos suscetíveis à influência política, ideológica, econômica, psicológica, entre outras perturbações possíveis.

Como veremos a seguir, o jornalismo guiado por dados se tornou protagonista na apropriação de dados públicos, no sentido de fiscalizar o poder a partir das premissas de representante do interesse público com acesso a bases de dados por meio de instrumentos de transparência pública digital. No entanto, também veremos que ainda que os instrumentos legais tenham avançado, bem como a publicação de reportagens deste tipo se intensificado, a vigilância da prática informática para atualização e disponibilização dos dados é falha e falta educação do cidadão para que ele tenha competência para efetivo acesso às informações.

2 A transparência como valor democrático

O desenvolvimento das modalidades comunicativas com o uso e a apropriação de dados públicos se regularizou e se intensificou no Brasil após a redemocratização e redação da Constituição de 1988. A carta de normas e leis que rege o país estabeleceu as liberdades do indivíduo na sociedade, em especial as de expressão, de imprensa. Também estabeleceu os direitos e garantias fundamentais para o trabalho, a saúde, educação, segurança, entre os quais o direito de receber dos órgãos públicos informações, tanto de interesse particular,

como coletivo ou geral. Em 2011, a aprovação da Lei de Acesso a Informações públicas estipulou os prazos, as responsabilidades, a classificação de sigilo e os procedimentos.

Esses instrumentos legais dão a ver um valor caro ao regime democrático que diz respeito à publicidade como regra e o sigilo como exceção no sentido de que a democracia moderna individualiza o cidadão, visto com liberdades, garantias e autonomia, independente da classe, família ou outro tipo social de agrupamento, constituindo uma economia capitalista associada ao poder democrático. Nesse sentido, há para a esfera privada inversamente a regra do sigilo e a exceção da publicidade – ainda que esta questão de visibilidade da prestação de contas também por parte da esfera privada esteja em processo de reconfiguração no século XXI. Portanto, a democracia é “o regime que prevê o máximo de controle dos poderes públicos por parte dos indivíduos, este controle é possível somente se os poderes públicos atuam com o máximo de transparência” (Bobbio, 2015, p.75).

A publicidade de atos e ações de governo, por meio da transparência ativa e passiva, ou seja, sites de prestação de contas e espaços de solicitação de informação (e-sics) pelo cidadão, pressupõe que o cidadão passa a não só estar apto a participar do debate público, como possuir instrumentos viáveis e autônomos para tanto. De outra sorte, este também é um instrumento que dá a ver um constrangimento público, no sentido de vigilância dos homens públicos em exercício de poder administrativo. É uma estrutura que lembra o ideal de vigilância do panóptico do inglês Jeremy Bentham ao qual Foucault (2014) atribui o efeito de induzir “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (2014, p. 195). Os dois autores se referiam a uma estrutura física prisional para abrigar criminosos, no entanto, as relações de força em uma sociedade se estabelecem não apenas nas estruturas físicas, mas perpassam todas as instâncias sociais e políticas, nas quais o poder é onipresente – micro e macro, formal e informal, desde a base até o topo da pirâmide.

Nesse sentido, podemos fazer uma analogia à vigilância permitida por meio da visibilidade possível através dos instrumentos de acesso a informações. O poder do cidadão fica visível quando o site e o e-SIC são publicizados, ou seja, o acesso está dado e esse é o efeito concreto da materialização da lei. Porém, o efeito mais abstrato, capaz de impactar no comportamento ético do homem público, tem relação com o inverificável, ou seja, o acesso

específico não deve ser conhecido ou verificável para a vigilância ser efetiva. A inverificabilidade por parte do governante inibe o agir antiético, pois para evitar o constrangimento público, é esperado do gestor ou político agir com rigor e responsabilidade. Nesse sentido, a transparência permitida pela publicidade visa a provocar a seguinte dinâmica: o político não saber quando suas decisões e atos estão sendo acessados, mas ter a certeza de que podem ser a qualquer momento e por qualquer pessoa, inclusive pela imprensa e outros mediadores sociais.

Porém, há uma questão anterior pouco discutida nos estudos de acesso a informação, que é o problema da vigilância da prática informática, ou seja, uma eficiente sistematização dos sistemas de gerenciamento dos dados públicos. Em um estudo sobre a implementação do sistema de grande volume de dados de saúde pública em Ontário, French (2014) percebeu que os problemas para eficácia do sistema estavam justamente na práxis do cotidiano, ou seja, nas inconsistências identificadas em atividades tão simples como a inserção de um dado no software do sistema de saúde. Nesse sentido, ele recomenda que os governos invistam na qualificação da prática informática, antes de basear políticas em discursos de *data-driven* e revolução informática.

No Brasil, a questão não fica muito diferente. O Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas fez um levantamento em 2020 e apontou que entre os órgãos federais sete ainda não desenvolveram o plano nacional de dados abertos, entre eles o Ministério da Saúde. Outros dez órgãos do governo federal desenvolveram o plano, porém não executaram no prazo e o plano expirou. Da mesma forma, a organização apontou também que durante a pandemia de Covid-19, 52% dos pedidos de acesso a informações públicas solicitados por eles foram negados com justificativas genéricas vinculadas ao estado de emergência provocado pela Covid-19.

O que tem sido apontado por estudos recentes é que organizações como a Fórum do Direito de Acesso a Informações são os atores sociais que solicitam dados públicos, ao lado de movimentos de iniciativa cívica e outros grupos de representação de categorias e sindicatos profissionais, bem como pesquisadores e imprensa. Margetts (2011) avalia que o cidadão não é educado para acessar os dados brutos nos formatos disponibilizados pelos governos que exige competências de programação e estatística, por isso delega a

especialistas. Nesse sentido, o cidadão confia esse acesso a organizações e até indivíduos com competência técnica e estatística para fazer a leitura e interpretação dos dados em softwares. A autora descreve a experiência do jornal The Telegraph que teve acesso aos gastos dos membros do Parlamento inglês e por meio da extração, análise e publicação de gastos irregulares desencadeou um escândalo político que resultou em renúncias, aposentadorias e afastamento de políticos de seus cargos. Esse trabalho envolveu um grande grupo de jornalistas, estatísticos e infografistas do jornal.

No entanto, nem sempre a fiscalização dos dados públicos pela imprensa precisa necessariamente envolver o tratamento de grandes volumes de dados públicos. Há exemplos na imprensa brasileira de análise de financiamentos de campanha eleitoral por parte de partidos políticos e candidatos vinculados a denúncias de caixa 2 ainda nos anos 1990, que envolveram a interpretação de dados direto dos sistemas de gerenciamento do TSE. Há ainda o cruzamento de dados de perda de oportunidade de transplante por pacientes em lista de espera de doadores por falta de transporte do órgão humano a tempo versus o uso de aeronaves da FAB para prioritariamente atender a agenda de políticos em vez de atender essa demanda entre Estados. São dois exemplos citados na pesquisa de Brenol (2019), que ilustram apropriação de dados para tratamento pela imprensa. A pesquisa aponta que nos últimos 20 anos o trabalho dos jornalistas em investigação de dados públicos foi intensificado, não apenas pelo acesso via internet, mas principalmente por causa da consolidação dos instrumentos democráticos de transparência pública digital, como a LAI.

3 Metodologia e amostra para análise

Na cobertura da Covid-19, os dados de vida e morte foram tematizados como protagonistas, tanto pelo crescente número de casos, quanto pela inconsistência de informações nas diferentes esferas. Houve ainda episódios nos quais os dados foram motivo de disputa de poder político e provocaram a despublicação do site do Ministério da Saúde que continha o painel com informações da Covid-19. As informações estatísticas públicas são objeto de poder para os governos e garantem protagonismo do Estado como fonte para o debate. Os governos e instituições públicas apresentam uma relação ambígua com as bases de dados, ora divulgando informação negativa em formato acessível, ora se valendo de lacunas

na legislação para esconder informação sensível ou dificultar acesso a ela. Daí a importância de colocar os dados públicos como objeto deste estudo, que se propõe a responder se os jornalistas praticaram mais o uso ou mais a apropriação de dados no seu trabalho. Também nos propomos a investigar quais limites de acesso a informações foram encontrados pelos jornalistas – e expressos em seus textos.

Para a categorização dos trabalhos por meio da análise de conteúdo, identificamos e analisamos os limites para o acesso a informações evidenciados nos textos jornalísticos. Também nos propomos a diferenciar os trabalhos que fazem uso – ou seja reproduzem dados analisados por terceiros como fonte – e aqueles que se apropriam – ou seja, tratam e cruzam os dados públicos com objetivo de produzir informação nova.

Nossa hipótese nos conduz para a assunção de que os limites técnicos e políticos para acesso à informação acarretam uma cobertura de dados de saúde majoritariamente na forma de relato de fontes terceiras, ou seja, dificultam uma efetiva apropriação de dados para investigação pelo jornalismo.

A seleção das unidades de texto constituintes da amostra deste estudo foi feita a partir da pesquisa por palavras-chave nos mecanismos de busca nos portais dos três jornais de maior circulação impressa e digital no Brasil, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (Poder 360, 2020), Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. As palavras-chave foram: coronavírus, Covid-19 e dados. O total de 193 unidades para o corpus foi alcançado, sendo que parte deste todo foi excluída a partir da análise por não corresponder aos critérios de pesquisa.

4 Análise

A análise das 193 unidades coletadas dos três veículos foi feita em três etapas. A primeira, a partir da leitura dos textos, classificou os trabalhos por uso e apropriação de dados públicos. A partir disso, destacou os trabalhos que demonstraram tratamento próprio dos jornalistas para qualificar o entendimento dessa apropriação. A segunda etapa destacou as limitações de acesso à informação citadas nos textos e as agrupou por tipos específicos para categorizar as limitações. A terceira etapa sistematiza um quadro geral com os resultados encontrados.

Na primeira etapa identificamos que, em nosso corpus, o veículo que mais menciona dados sobre Covid-19 nos textos é o Estadão, seguido pelo O Globo e pela Folha de São Paulo. Porém, a quantidade é inversamente proporcional ao tratamento próprio de dados de saúde, pois o jornal Folha de São Paulo figura como o veículo com mais reportagens fundamentadas na apropriação de dados. Importante destacar que nas unidades do mês de maio os trabalhos de reportagem com tratamento próprio de dados somaram apenas seis, enquanto o uso de dados de terceiros nos textos somaram 165; 28 unidades foram descartadas por figurarem no resultado das buscas mas abordarem dados financeiros de gastos com Covid, ou mesmo opinião de colunista ou convidado, mas não dados de saúde.

Para exemplificarmos o nosso entendimento de apropriação de dados pelos jornais, destacamos a reportagem da Folha de São Paulo (Mariani, Yukari, Takahashi, 2020) “Quarentena de jovens nas áreas ricas é 7 vezes maior que nas áreas pobres”. A reportagem propôs uma correlação entre os dados levantados pelo site Covid Radar³, a partir de informações de movimentação de telefones celulares fornecido por operadoras e dados de densidade demográfica e poder aquisitivo por bairros, associados à incidência de mortes causadas pela doença nas regiões. O texto afirma que não se pode estabelecer uma relação direta entre a baixa adesão ao afastamento com maior número de mortes, mas destaca a existência de correlação entre ambos os fenômenos.

Outro exemplo, do jornal O Globo, é a reportagem “Se o Rio fosse um país, ocuparia 23º lugar no ranking mundial de mortes por Covid-19” (Grinberg, Couto, 2020). O texto assinado por Felipe Grinberg e Marlen Couto traz um estudo comparativo entre dados de diferentes naturezas. Os repórteres utilizaram os dados da OMS sobre as mortes por países, dados da secretaria estadual de Saúde sobre mortes no estado do Rio de Janeiro, dados do Instituto de Segurança Pública do Rio sobre homicídios e dados da Polícia Rodoviária fluminense sobre mortes no trânsito. Apesar de os dados não terem sido trabalhados em recursos de visualização gráfica, o levantamento visa evidenciar a dimensão das mortes por

³ O site Covid Radar representa uma coalizão de diversas organizações reunidas para desenvolver ações que visem reduzir os impactos da COVID-19 no país. Disponível em <https://www.covidrader.org.br/> Acesso em 31 de agosto de 2020

Covid para alertar a população sobre o crescimento por regiões do Estado e pelos bairros da capital.

Tanto O Globo quanto o Estadão manipularam os dados de saúde primários (Ministério da Saúde, secretarias dos Estados e prefeituras) para desenvolver um painel de infografia com atualização de dados de morte no país e a divisão dos números por Estados e municípios, bem como mostrar o avanço dos casos da doença com gráficos indicando taxas de incidência e letalidade. Esses exemplos figuraram para os dois jornais nos resultados de maio. O jornal Folha de S. Paulo também desenvolveu o painel, porém ele não apareceu nos resultados, provavelmente por ter sido indexado anteriormente e não republicado durante o mês do estudo.

Na segunda etapa, fizemos a seleção das notícias que usavam dados tratados por terceiros, acompanhados de relatos sobre limitação ou dificuldade de acesso a dados de fontes públicas primárias, como Ministério da Saúde, secretarias de Saúde e prefeituras. Ao todo, 19 textos analisados traziam algum tipo de informação nesse sentido, sendo o O Globo o jornal que mais relatou bastidores das reportagens, inclusive transformando os limites em notícia. Um exemplo é a notícia “Prefeitura do Rio tira do ar dados abertos sobre mortos pela Covid-19 no município” (Saconi, 2020), que expõe a dificuldade de acessar os dados filtrados por bairros por exclusão ou ausência da informação.

No jornal Folha de São Paulo, identificamos um exemplo de limitação por inconsistência de dados na unidade “Balanço de lotação de UTIs não é preciso na cidade de São Paulo” (Freire, 2020). A reportagem mostra que os dados de taxa de ocupação disponíveis se referem apenas aos leitos de hospitais municipais, ou seja, não é possível enxergar o quadro geral incluindo os hospitais filantrópicos e da rede privada.

Outro tipo de limitação identificado é a desatualização dos dados evidente na reportagem “Atraso em notificações faz números da covid-19 caírem aos domingos e segundas” (Valfré, 2020). O texto explica que os números de registros de casos de Covid sofre uma oscilação nos dias da semana, caindo nos finais de semana e feriados e atingindo pico nas terças e quartas-feiras. A explicação para a oscilação é o atraso nas notificações, ou seja, os casos são testados e registrados, porém não notificados e conseqüentemente não atualizados no sistema de gerenciamento de dados do Ministério da Saúde.

A sistematização dos achados aponta uma preponderância no uso de dados de terceiros, fontes primárias ou secundárias, no corpus (QUADRO 1). Da mesma forma, indica que, quando fazem apropriação para tratamento de dados, os repórteres ressaltam as limitações nas correlações e comparativos.

QUADRO 1 – Frequência por categoria de tratamento

Tipo por jornal	Estadão	FSP	O Globo	Total por tipo
Apropriação	1	3	2	6
Uso	74	17	67	159
Total por jornal	75	20	69	165

Fonte: os autores, 2020

De outra sorte, identificamos que os três jornais adotam a tática de relato de dificuldade de acesso a informações não apenas para dar a ver uma vulnerabilidade da apuração, mas também para expressar um posicionamento crítico em relação ao tema. Agrupamos as limitações em três categorias, obtendo os resultados disponíveis no Quadro 2: atualização, 3 casos; ausência ou exclusão de dados, 12 casos; e inconsistência de dados, 4 casos.

QUADRO 2 – Frequência por categoria de dificuldade de acesso

Limitação por jornal	Estadão	FSP	O Globo	Total por limitação
Atualização	1	0	2	3
Ausência ou exclusão de dados	6	3	3	12
Inconsistência	0	1	3	4
Total geral	7	4	8	19

Fonte: os autores, 2020.

Os dois quadros acima sintetizam os achados da análise e nos permitem avançar para a discussão sobre a relação entre a incidência de uso versus apropriação de dados e os limites de acesso a informações encontrados pelos jornalistas.

5 Discussão e conclusão

As duas perguntas norteadoras deste estudo não estão ligadas diretamente. Ou seja, descobrir a frequência entre o uso e a apropriação de dados nos permitiu inferir que os três jornais estudados apresentaram baixa incidência de tratamento de dados de saúde no mês de maio. Na maior parte, usaram dados tratados ou publicados por terceiros. A segunda pergunta norteadora tratava dos limites de acesso a informações enfrentados pelos jornalistas, que categorizamos em três tipos: atualização, ausência e inconsistência. A nossa hipótese aponta que a baixa apropriação poderia estar relacionada às limitações. Porém, o estudo não encontrou elementos suficientes que possam sustentar uma correlação e, muito menos, uma relação causal entre a baixa incidência de tratamento próprio de dados de Covid pelos jornais e as limitações de acesso identificadas. Nesse sentido propomos a discussão em três pontos: 1) a dificuldade de acesso desqualifica o jornalismo como forma de conhecimento sobre a pandemia; 2) a verificabilidade do Estado sobre a demanda por dados enfraquece o poder da imprensa; 3) a transparência de estatísticas populacionais está em risco e o JGD depende delas.

O jornalismo tem como ponto de partida para a produção da notícia um fato ou um dado mais ou menos público. Se há bilhões de casos de Covid e poucos milhares são registrados, o jornalismo terá de trabalhar com os dados estatísticos formais e poderá questionar criticamente se o gerenciamento desses dados está correto. Porém, o jornalismo não poderá assumir a função de demógrafo. A instabilidade e baixa confiabilidade dos dados evidenciadas nos resultados deste estudo apontam que o jornalismo, mesmo que tenha condições para tratar dados estatísticos de saúde em suas reportagens, teria limitações factuais. Ou seja, o ponto de partida para a investigação em cima de dados poderia estar comprometido em função dos dados formais se encontrarem ora desatualizados, ora ausentes, ora inconsistentes. Se a prática do JGD pressupõe o acesso a dados fidedignos e esses dados esbarram no problema da vigilância da prática informacional do Estado, o exercício efetivo de um jornalismo vigilante do interesse público por meio da análise de planilhas e outros formatos de arquivos fica prejudicado. E se o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento quando consegue avançar para além do relato, do senso comum e do apressado, a imprensa acabou por ficar refém do poder estatístico do Estado na cobertura da

pandemia, se aproximando mais do conhecimento familiar sobre os dados, de acordo com a amostra estudada. Porém, a análise deste artigo se concentrou no mês de maio. Em junho, um consórcio de imprensa se formou para qualificar o conhecimento sobre os dados da Covid-19 (Poder 360, 8 de junho 2020), inclusive popularizando um tipo de cálculo estatístico conhecido como média móvel, ou seja, a soma do total de casos da semana, dividido por sete. A média móvel aponta uma resposta possível para a oscilação semanal de notificações, com queda no final de semana como apontamos no exemplo da análise.

No entanto, os limites identificados neste estudo para o acesso a informações públicas na cobertura de dados de saúde da Covid-19 podem minar a credibilidade da imprensa, ou seja, a predisposição da sociedade em acreditar nos dados noticiados. Nesse sentido, a falta de atualização, a inconsistência estatística e, principalmente, a ausência ou a exclusão dos dados serve de tática governamental em determinadas ocasiões, para que atos, omissões e ações de gestão se mantenham ocultos. Por um lado, deve-se reconhecer a possibilidade de ineficiência da prática informacional nas instituições públicas, o que poderia explicar determinadas deficiências estatísticas, mas a exclusão de dados não teria outra justificativa que não a vontade ou decisão política. É necessário levar em conta, ainda, o poder discricionário de quem justifica atender ou não atender a solicitação de informações pelo recurso de e-Sic (transparência passiva). A exclusão e o indeferimento de pedidos de informação podem ser interpretados como os espaços de poder do Estado na decisão de divulgar ou não os dados da pandemia. Essa situação se dá em função da previsão da LAI de que os próprios órgãos públicos devem ser os responsáveis por atender aos pedidos de informação. Essa condição impede o que Foucault chama de inverificabilidade do Estado, ou seja, a vigilância de Estado só se torna eficiente quando a visibilidade é possível de forma equânime e a observação, inverificável. No momento em que o órgão público pode controlar os pedidos que chegam à administração, há um espaço possível para o exercício do poder de ocultamento, por meio da exclusão ou do indeferimento. Na cobertura da pandemia, além da exclusão de sites de órgãos públicos com dados da doença, houve ainda o episódio de disputa judicial entre o jornal Estadão e a presidência da República pela divulgação do resultado do exame de Covid-19 do presidente Jair Bolsonaro. Nesse sentido, há situações em que a

imprensa fica vigiada e cerceada pelo Estado, perdendo a capacidade de exercer o poder tácito de fiscal do Estado e vigilante do interesse público.

Embora tenham sido identificados relativamente poucos casos de limitações à produção de reportagens por conta de ausências, exclusões, desatualização ou inconsistência nas bases de dados públicas sobre a pandemia de covid-19, há indícios de que o acesso à informação pública se encontra em risco no Brasil. O governo federal produziu reiteradamente casos de desrespeito às melhores práticas de transparência pública relacionados a dados de saúde. Para mencionar apenas os casos mais relevantes, em junho o painel específico para a covid-19 foi retirado do ar por cerca de dois dias, sob o pretexto de aprimoramento técnico (GaúchaZH, 2020); ainda em junho, o Ministério da Saúde propôs uma mudança na metodologia de contagem dos casos da doença que excluiria mais de 40% das mortes de seu boletim semanal (Mariani, Yukari e Faria, 2020); em julho, foi registrado em ata de reunião do Comitê de Operações de Emergência do Ministério da Saúde que a orientação para não divulgar dados sobre escassez de medicamentos para tratar a covid-19 (Ferreira e Prazeres, 2020). Uma vez que o JGD depende das bases de dados públicas para ser desenvolvido nas redações, dificuldades de acesso e dúvidas sobre a fidedignidade dos números podem embaraçar ou até mesmo inviabilizar esse tipo de atividade.

Além disso, devemos ressaltar que não foi realizada uma análise qualitativa das bases de dados referentes às 19 matérias nas quais foi encontrado algum tipo de limitação. Portanto, embora este número represente 10% do corpus e à primeira vista possa parecer que a produção de JGD não vem sendo fundamentalmente prejudicada por essas limitações, seria necessário se debruçar sobre a questão da relevância dessas informações para a narrativa jornalística e para a sociedade em geral. A ausência do número de óbitos acumulados no painel do Ministério da Saúde, por exemplo, é muito mais grave do que a ausência do número básico de reprodução (R0) do SARS-CoV-2, porque o primeiro dado é a principal referência do andamento da pandemia tanto para a imprensa, quanto para o público, enquanto o segundo é um conceito epidemiológico complexo e de difícil aplicação ao cotidiano. Uma possibilidade de desenvolvimento futuro desta pesquisa, portanto, seria uma discussão sobre a relevância das limitações.

Os resultados deste estudo não podem ser extrapolados para além do corpus específico que analisamos, porém eles nos apontam aspectos relevantes para a pesquisa em Jornalismo. Um deles é a sugestão de que a dificuldade de acesso a informações públicas não é um caso de exceção na pandemia, mas, sim, estaria se desenhando uma estratégia de opacidade de Estado no Brasil, a ser investigada. Outro aspecto tem relação com as variáveis, para além dos limites de acesso a informação, que impedem o jornalismo de avançar nas investigações com tratamento próprio de dados para qualificar o jornalismo como forma de conhecimento sobre algo, nos dando a ver aspectos de formação profissional, procedimental, organizacional e editorial a serem consideradas em futuras pesquisas.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto (2015). Democracia e segredo. Editora Unesp. São Paulo
- MAROCCO, B., & BERGER, C. (Eds.). (2008). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Sulina.
- BRENOL, M. V. (2019). Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos. Tese para obtenção de título de doutorado no Ppgcom-Ufrgs. Disponível no repositório Lume.
- FERREIRA, Paula; PRAZERES, Leandro. Documento de comitê do MS traz orientação para omitir dados sobre escassez de medicamentos contra Covid-19. O Globo, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/documento-de-comite-do-ms-traz-orientacao-para-omitir-dados-sobre-escassez-de-medicamentos-contr-covid-19-24547637>. Acesso: 30 ago. 2020.
- FRENCH, M. (2014) Gaps in the gaze: Informatic practice and the work of public health surveillance. *Surveillance and Society*. Disponível online em março de 2020 no <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/gaps/gap>
- FREIRE, Vinícius Torres. Balanço de lotação de UTIs não é preciso na cidade de São Paulo. Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/balanco-de-lotacao-de-utis-nao-e-preciso-na-cidade-de-sao-paulo.shtml> Acesso em 30 ago. 2020.
- FOUCAULT, M (1979). *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado, Edição Graal, Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, M (2014) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Editora Vozes, Rio de Janeiro

GRINBERG, F e COUTO, M. Se o Rio fosse um país, ocuparia o 23º lugar no ranking mundial de mortes por Covid-19. O Globo, 4 de maio de 2020. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/se-rio-fosse-um-pais-ocuparia-23-lugar-no-ranking-mundial-de-mortes-por-covid-19-1-24408751> Acesso em 30 ago. 2020

GENRO FILHO, A. (1987). O segredo da pirâmide:(para uma Teoria Marxista do Jornalismo). Repositório UFSC.

MARGETTS, H. The internet and transparency. The Political Quarterly, v. 82, n. 4, p. 518-521, 2011.

MARIANI, Daniel; YUKARI, Diana; TAKAHASHI, Fabio. Quarentena de jovens em áreas ricas é 7 vezes maior do que nas mais pobres em SP. Folha de S. Paulo, 1 de maio, 2020

MARIANI, Daniel; YUKARI, Diana; FARIA, Flávia. Método defendido pelo governo deixa de fora de boletim 44% das mortes por Covid-19. Folha de S. Paulo, 11 jun. 2020. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/metodo-defendido-pelo-governo-deixa-de-fora-de-boletim-44-das-mortes-por-covid-19.shtml>. Acesso: 30 ago. 2020.

MARQUES DE MELO, José (2006). Teoria do Jornalismo. Identidades brasileiras. Editora Paulus, São Paulo

PARISIE, Sylvain; DAGIRAL, Éric. Des journalistes enfin libérés de leurs sources? Promesse et réalité du “journalisme de données”. Sur le journalisme, v. 2, n. 1, 2013.

PORTER, Theodore. Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: Princeton University Press, 1995.

SACONI, João Paulo. Prefeitura do Rio tira do ar dados abertos sobre mortos pela Covid-19 no município. O Globo, 19 de maio de 2020. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-do-rio-tira-do-ar-dados-abertos-sobre-mortos-pela-covid-19-no-municipio-24434182> Acesso em 30 de ago. 2020

TRAQUINA, Nelson (2013). Teorias do Jornalismo, volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Editora Insular, Florianópolis.

TRÄSEL, Marcelo. Hacks and hackers: the ethos and beliefs of a group of Data-Driven Journalism professionals in Brazil. Revista Famecos, v.25, n.1, 2018, p. 1-14.

VALFRÉ, Vinicius. Atraso em notificações faz números da covid-19 caírem aos domingos e segundas. O Estado de S. Paulo, 14 de maio de 2020. Disponível em
<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral/atraso-em-notificacoes-faz-numeros-da-covid-19-cair-aos-domingos-e-segundas.70003302865> Acesso em 30 ago. 2020

WAISBORD, Silvio. Truth is what happens to news. Journalism Studies, v.19, n.13, 2018, p.1866-1878.

Outros documentos

Decisão do Supremo Tribunal Federal, íntegra do voto do ministro Alexandre de Moraes em 26 de março de 2020. Voto foi publicado e referendado pelo plenário. Disponível em julho pelo link: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6351.pdf>

GAÚCHAZH. Ao retirar site sobre coronavírus do ar, Ministério da Saúde "gera crise de confiança", diz entidade que fiscaliza direito à informação. GaúchaZH Saúde, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/06/ao-retirar-site-sobre-coronavirus-do-ar-ministerio-da-saude-gera-crise-de-confianca-diz-entidade-que-fiscaliza-direito-a-informacao-ckb31zh47008v015n1o1sazp8.html>. Acesso: 30 ago. 2020.

Medida Provisória nº 928 de 23 de março de 2020 de autoria da Presidência da República. Disponível em julho de 2020 no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv928.htm

Poder 360. A evolução na circulação dos jornais impressos e digitais no Brasil. Online, 31 de janeiro de 2020 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/a-evolucao-na-circulacao-de-jornais-impressos-e-digitais-no-brasil/> Acesso em 30 de ago de 2020

Poder 360. Jornais se unem para dar transparência a dados de covid-19 no Brasil. Online, 8 de junho de 2020. Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-se-unem-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19-no-brasil/> Acesso em 30 ago 2020